

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 17 - AGOSTO 2017



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

Esta edição do **Boletim de Análise da Conjuntura** da Fundação Perseu Abramo coincide com o momento em que se inicia a caravana Lula pelo Brasil na região Nordeste, atraindo o entusiasmo de multidões por onde passa. Mostra assim que grande parte da população, que rejeita Temer, o golpe e as medidas anti povo, deposita suas esperanças no retorno do Lula e do PT ao governo.

Enquanto não se acumulam forças e condições políticas para uma contraofensiva popular, a direita se apressa em aplicar as receitas antipopulares e antinacionais. A seção **Golpe contra o Estado**, que abre o boletim, mostra que a partir deste segundo semestre o governo federal vai implementar o maior programa de privatização de águas de que se tem notícias. Assim, deixa de priorizar a segurança e a universalização do acesso à água e ao saneamento para atrair capitais privados, nacionais e internacionais, e converter esse bem comum em *commodity*.

A seção **Internacional** enfoca como o governo venezuelano retomou seu protagonismo político, e as ameaças de Trump de intervir militarmente na Venezuela foram um “tiro no pé”. Comenta também as complicações políticas do presidente estadunidense ao vacilar em condenar claramente os supremacistas brancos que estão se manifestando com violência contra as minorias e migrantes nos Estados Unidos.

O capítulo de **Política e Opinião Pública** mostra que uma das principais pautas do Legislativo neste mês foram as medidas que fazem parte da Reforma Política, entre elas as possíveis mudanças no sistema eleitoral e de governo, que podem vir a representar mais um golpe dentro do golpe, e a investida da coalizão golpista para interditar a candidatura Lula.

O tema tratado em **Social** é o comportamento dos últimos indicadores, que apontam um crescimento do emprego no Brasil. Porém, como mostra a análise, essa recuperação não repõe sequer o que se perdeu no último ano e vem acompanhada do aumento da subutilização da força de trabalho, sinal da precarização crescente que tende a dominar o mundo do trabalho pós-golpe de 2016.

Entre os temas de **Economia**, o boletim aponta o desastre da política de austeridade, revelado por mais uma revisão da meta de déficit fiscal, sem dúvida o principal episódio que marcou a conjuntura econômica nesse mês de agosto. A frustração de receitas do governo, ao lado de novas despesas abertas para agradar a base fisiológica e garantir o engavetamento das denúncias contra Temer, fez necessário alargar novamente o orçamento do governo federal, agora em vinte bilhões de reais.

A seção **Territorial** mostra que os conflitos no campo aumentaram no período pós-golpe devido à ascensão das pautas defendidas pelos ruralistas e englobadas pelo governo federal. Ao mesmo tempo, houve enfraquecimento político de temas como o combate ao trabalho escravo, a reforma agrária e a defesa dos direitos indígenas.

Na parte de temas da **Comunicação**, o boletim aborda o vertiginoso crescimento nas redes sociais da caravana Lula Pelo Brasil, realizada para contrapor uma agenda de intensos ataques e calúnias contra o ex-presidente. Destaca ainda a divisão dos grandes grupos da imprensa nacional em relação à votação pela Câmara dos Deputados da denúncia que decidiu pelo não afastamento de Michel Temer do cargo de presidente da República.

Para fechar o boletim, a seção de **Movimentos Sociais** mostra que se o último período de luta contra o golpe não foi marcado por grandes mobilizações unitárias, se vê, no entanto, um conjunto de movimentos sociais que demonstram que há, sim, resistências em várias frentes.



GOLPE CONTRA O ESTADO



O governo Temer começa a empreender, a partir deste segundo semestre, o maior programa de privatização de águas de que se tem notícias. A priorização da segurança e autossuficiência hídricas, bem como da universalização do acesso à água e ao saneamento, estão sendo substituídas pela priorização da atração de capitais privados, nacionais e internacionais, e pela conversão desse bem comum em commodity.

A MERCANTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS NO GOVERNO TEMER

A água: de direito a mercadoria

A transformação da água em mercadoria encontra-se em três frentes do governo Temer: na pressão para a privatização das companhias estaduais de água e esgoto; na insinuação de venda dos principais aquíferos brasileiros; e na mudança dos marcos regulatórios do setor. Em última instância, os efeitos danosos serão: a perda de capacidade de planejamento sobre um bem que é ao mesmo tempo um direito humano e um recurso estratégico; maior presença do capital privado, internacional e nacional; possibilidade de perda da qualidade e de aumento do preço da água; além das dificuldades para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Vejamos com mais detalhes cada um desses pontos.

Privatização das companhias de água e esgoto

Em primeiro lugar, nas pressões do governo federal sobre os governos estaduais para que vendam suas companhias de saneamento, o ajuste financeiro e a austeridade fiscal prevalecem sobre a preocupação com a qualidade do serviço de saneamento e o preço da água.

Assim que foi lançado, em meados de 2016, o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) já apresentava uma resolução recomendando o corte de investimentos nas empresas públicas estaduais de saneamento e orientando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar até 80% dos investimentos feitos pela iniciativa privada nesse setor.

Nessa mesma resolução eram apresentadas as da-

tas estimadas para a privatização das três primeiras empresas estaduais de saneamento: a Cedae (RJ), a Cosanpa (PA) e a Caerd (RO), com editais de leilão já em andamento.

Desde então, foram apresentados mais quatorze projetos de privatização para o primeiro semestre de 2018, com a desestatização da Depasa (AC), Caesa (AP), Casan (SC), Casal (AL), Cagece (CE), Caema (MA), Cagepa (PB), Compesa (PE), Caern (RN) e Deso (SE). Além de mais quatro projetos para o segundo semestre de 2018: Embasa (BA), Agepisa (PI), ATS (TO) e Cosama (AM). No total, o governo federal espera aproveitar a crise fiscal dos estados para abrir mão de 21 companhias de saneamento e águas.

Há que se notar, entretanto, o fato de que o governo federal listou o conjunto das empresas estaduais sem o pleno acordo dos governos estaduais e dos municípios envolvidos. Governadores como Rui Costa (PT-BA) e Camilo Santana (PT-CE) têm afirmado que não tem interesse de participar deste programa de desinvestimentos, e o mesmo vale para prefeitos de alguns municípios. Como o programa é federal, mas as empresas são estaduais e a concessão dos serviços de água e esgoto é municipal, há muitas incertezas sobre a operacionalização do programa à luz dos obstáculos gerados pelas responsabilidades descentralizadas dos entes da federação.

De um lado, o BNDES avalia que vinte consórcios estão pré-qualificados para participar dos lotes de editais. De outro, entretanto, parte do movimento sindical chama a atenção para o fato de que todos os valores propostos pelos consórcios que já venceram leilões tiveram lances de valores, em média, 70% menores do que o esperado. A vitória nessa queda de braços vai depender da pressão exercida pelo governo federal sobre os estados nos processos de renegociação de dívidas com a União e de construção do plano de recuperação fiscal para os estados.

Privatização dos aquíferos nacionais

As medidas acima descritas traduzem a retirada do Estado de um setor que paulatinamente vem se tornando cada vez mais estratégico, abrindo espa-

ço para os interesses de capitais privados.

O acesso à água potável e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais e integram um conjunto de medidas cujo objetivo é promover a saúde e o bem-estar da população, tendo papel central, por exemplo, na política de saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada real investido em saneamento outros quatro reais são poupados em saúde. As políticas para as águas também são de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável, a agricultura familiar e a manutenção de populações no campo.

Além disso, o acesso à água também gera impactos econômicos importantes. A Organização das Nações Unidas (ONU), em seus relatórios sobre recursos hídricos, estima que até 2050 é possível que haja um aumento de 55% na demanda hídrica mundial em função das necessidades crescentes geradas pela indústria, pelas famílias e pelo sistema de geração de energia. Os lençóis freáticos também têm sofrido baixas, e estima-se que nesta data 20% dos aquíferos do mundo estarão em situação de esgotamento e/ou sobre-exploração.

A escassez de água é uma das fontes de tensão e conflitos na África, na Ásia e no Oriente Médio. No caso do Brasil, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, houve um aumento significativo de conflitos no campo envolvendo disputas pela água.

Nesse cenário, grandes players globais, sejam eles Estados nacionais ou corporações transnacionais, têm se interessado crescentemente pela água. Assim, deve-se considerar a hipótese de que o capital internacional tente avançar não só nas vendas das empresas estatais estaduais, mas também na própria compra e apropriação das fontes dos recursos hídricos: os aquíferos nacionais. Vale lembrar que o Brasil possui dois dos maiores aquíferos do mundo: o Guarani e o Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga).

O Aquífero Guarani conforma uma área de 1,1 milhão de quilômetros quadrados que compreende as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de abarcar também Argentina, Paraguai e Uruguai; o Aquífero da Amazônia, por seu turno, considerado o maior do mundo e situado entre Acre, Amazonas

e Pará, concentra mais da metade de toda a água doce existente no país.

Muito embora atualmente o governo negue a intenção de privatizar esses dois aquíferos, eles figuraram na primeira lista de privatizações apresentada ainda em 2016 no âmbito do já citado PPI. Além disso, técnicos da Agência Nacional da Água (ANA) têm sinalizado para a realização de estudos cujo objetivo é fazer que os aquíferos figurem nas listas de bens públicos privatizáveis, chegando-se a discutir a proposta de concessões de até mais de cem anos para a exploração do Guarani.

É importante destacar a presença permanente da entidade patronal Instituto Trata Brasil, que congrega empresários fornecedores de materiais, equipamentos e de logística de fornecimento na área de saneamento, nas discussões sobre o tema feitas pelo governo. Ao que tudo indica, grandes empresas estrangeiras, como Coca-Cola e Nestlé, também já demonstraram interesse em participar de um pacote de privatizações nesse setor, adensando o crescimento de participação dos grupos estrangeiros que, a propósito, já vem acontecendo no país, com a presença de fundos de investimento japoneses, canadenses e de Cingapura.

Privatização nos marcos regulatórios do setor

As mudanças patrimoniais acima descritas também têm sido acompanhadas de alterações no marco regulatório do setor, a partir de um documento elaborado pela Casa Civil da Presidência da República chamado “Diagnóstico do Saneamento”.

As diretrizes apresentadas pelo governo tratam os serviços públicos de saneamento básico como mercadorias e a água como commodity, negligenciando o fato de que se trata de um bem público e comum, essencial para a vida e fundamental para o bem-estar.

Como já vem acontecendo em outros setores, as orientações do governo buscam estritamente estimular e garantir a participação da iniciativa privada nos leilões, daí a centralidade de medidas como: flexibilização da legislação de consórcios, revisão da legislação de licenciamento ambiental e atração de capitais privados para o setor.

Além disso, o governo desconsidera o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) elaborado com participação da sociedade civil e propõe que todas as decisões acerca de regulamentações e capacitações técnicas sejam tomadas em nível nacional por meio da Agência Nacional de Águas (ANA). O documento propõe ainda que as ligações clandestinas (os famosos “gatos”) sejam objeto de cobrança de tarifas. Ao invés de conscientizar a população e de prover a infraestrutura necessária para a universalização do serviço, a nova orientação pune justamente os mais vulneráveis, que não dispõem de acesso adequado à rede de água e esgoto.

A água é um recurso natural, renovável, mas esgotável, imprescindível para o desenvolvimento humano e sustentável. Seu valor social e estratégico não torna lícito tratá-la estritamente como mercadoria, como commodity. A água é um bem comum, portanto, um direito que deve ser universalizado e não privatizado.

INTERNACIONAL



Esta seção enfoca como o governo venezuelano retomou seu protagonismo político e as ameaças de Trump de intervir militarmente na Venezuela foram um “tiro no pé”. Além de comentar a realização das prévias para as eleições legislativas de outubro na Argentina, o atentado terrorista na Espanha e as complicações políticas de Trump ao vacilar em condenar claramente os supremacistas brancos que estão se manifestando nos Estados Unidos.

Governo venezuelano retoma ofensiva política

Além da posse da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) no dia 4 de agosto, a convocação das eleições para governadores e prefeitos para se realizarem no mês de outubro próximo levou a maioria dos partidos de oposição a abandonar as manifestações de rua e a se dedicar à inscrição de candidatos, além de iniciar a campanha eleitoral.

A declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a hipótese de uma intervenção militar estadunidense na Venezuela caso o presidente Maduro insistisse na eleição da ANC também deu fôlego a ele e ao seu Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) para defender a soberania do país e denunciar a oposição, onde setores de extrema direita, como o “Voluntad Popular” de Leopoldo López, buscam explicitamente a intervenção externa. Trump deu sua infeliz declaração após reunir-se com a esposa de López, Lillian Tintori.

Em resumo, teremos uma disputa de argumentos de campanha entre a defesa da soberania e as críticas aos problemas econômicos que assolam a Venezuela.

Prévias argentinas para as eleições legislativas

No dia 13 de agosto, ocorreram na Argentina as Eleições Primárias Abertas Obrigatórias (PASO), um processo preliminar realizado simultaneamente por todos os partidos políticos para definir suas candidaturas às eleições legislativas a ocorrerem em 22 de outubro próximo. Na eleição, estará em jogo a renovação de 127 das 257 cadeiras na Câmara de Deputados e de 24 dos 72 cargos no Senado.

Para os candidatos participarem em outubro, seus partidos ou coalizões necessitam alcançar um mínimo de 1,5% dos votos na província por onde disputam ou nacionalmente, quando se trata das eleições presidenciais, o que transforma o PASO numa espécie de cláusula de barreira, além de apontar antecipadamente os partidos e candidatos com maiores chances de vitória. Os deputados são eleitos por meio de listas dos partidos, e as candidaturas ao Senado são individuais. Nas oito províncias onde haverá disputa para o Senado, três senadores serão eleitos, dois pelo partido do candidato mais votado e um pela minoria que chegue em segundo ou terceiro lugar.

Tanto nas primárias quanto na eleição de outubro,

a disputa na província de Buenos Aires é a que chama mais atenção, pois mais de um terço do eleitorado, cerca de doze milhões de pessoas, votam ali. Trinta e cinco deputados serão eleitos e é também por onde a ex-presidenta Christina Kirchner de Fernandez apresentou sua candidatura ao Senado pela coalizão Unidad Ciudadana, e, na PASO, ela empatou com o candidato Esteban Bullrich do Cambiemos, com cerca de 30% dos votos cada um. O Cambiemos é a coalizão apoiada pelo presidente Mauricio Macri. Além dela, há dois outros candidatos de setores do peronismo na província, Sergio Massa e Florencio Randazzo.

Em resumo, essas primárias demonstraram que a direita está unificada para a disputa e com muita chance de ampliar seu espaço na Câmara de Deputados, podendo inclusive alcançar a maioria, e poderá também avançar no Senado, graças à divisão dos peronistas. Contudo, uma eleição de Christina aumenta muito a possibilidade de seu retorno à presidência em 2019. Por isso a disputa será muito acirrada, conforme a primária já demonstrou, quando o governo manobrou para que a apuração na província de Buenos Aires começasse nas áreas onde o Cambiemos tinha mais força, o que levou Bullrich a estar com mais votos do que Christina até a madrugada do dia 14, para animar os seus apoiadores e pautar a imprensa, além de neutralizar a festa dos apoiadores dela.

Atentado em Barcelona

No dia 17 de agosto, houve atentados nas cidades de Barcelona e Cambrils, que provocaram no mínimo quinze mortes e mais de uma centena de feridos. O método foi o de atropelamento de pedestres numa área de Barcelona muito movimentada por turistas, conhecida como La Rambla. O ataque foi reivindicado pelo “Estado Islâmico” (EI), embora ainda não esteja claro quantas pessoas estiveram envolvidas na organização do evento e quem foram. No caso de Cambrils há notícias desencontradas, algumas afirmando que a polícia conseguiu impedir o atentado matando quatro terroristas e outras dizendo que uma mulher teria morrido no ataque.

O fato é que é muito difícil prevenir este tipo de ata-

que, dos quais já houve vários em diferentes países europeus com a utilização de veículos cujo acesso está disponível a qualquer pessoa. O PT emitiu uma nota condenando veementemente a violência e o terror como instrumentos de luta política, mas também chamou a atenção para a responsabilidade dos países imperialistas pela morte de pessoas inocentes devido à sua ingerência e violências cometidas no Afeganistão, Oriente Médio e Norte da África.

O fascismo nos EUA complica a vida de Trump

No dia 11 de agosto, aconteceu em Charlottesville, nos Estados Unidos, a marcha “Unir a Direita”, que reuniu pessoas da ultra-direita que agora se autodenominam “Alt-right” (Direita Alternativa), embora sejam os mesmos grupos fascistas de sempre. Ocorreu um embate com ativistas anti-fascistas e com a polícia. O governador da Virgínia declarou estado de emergência.

A saída desses ideais racistas e xenófobos do “armário” tem um motivo claro: a chegada de Donald Trump à presidência, apoiado por estes grupos. A marcha contou com a exibição de seus símbolos, como as bandeiras que carregavam, vermelhas com a suástica nazista em preto, saudações com o braço estendido e tochas e capuzes brancos que remetiam ao Ku Klux Klan (KKK).

No dia seguinte, houve uma contraofensiva de uma manifestação anti-fascista e, infelizmente, um jovem que se identificava com a ultra-direita avançou com o carro sobre os manifestantes matando uma mulher e ferindo dezenove pessoas. Foi a materialização do sentimento de ódio que os neonazistas empregaram no dia anterior em palavras, cartazes e bandeiras.

Somente dois dias depois do ocorrido, no sábado, Trump se manifestou dizendo que os “supremacistas são repugnantes”, mas no dia seguinte condenou os dois lados e tentou responsabilizar os anti-fascistas pelos distúrbios que ocorreram.

Porém, esta atitude está lhe causando problemas com outros setores entre seus apoiadores da elite do país, como os republicanos mais moderados, a exemplo do senador e ex-candidato a presidente

em 2008, John McCain. Executivos da Merck, Under Armour e Intel se retiraram de conselhos consultivos de empresários ligados à presidência em protesto contra a postura de Trump de não “honrar os valores fundamentais e condenar claramente as expressões de ódio, intolerância e supremacia de um grupo que vai contra o ideal americano de que todas as pessoas nascem iguais”.

Estes e outros empresários integravam pelo menos três destes fóruns consultivos, pois lhes interessava influenciar o governo estadunidense em assuntos como impostos e políticas industriais. No entanto, ao questionarem a posição de Trump de “quase” apoio aos supremacistas, devem ter avaliado que

manter suas ligações com o presidente poderia não ser bom para seus negócios. E, quando Kenneth Frazier, da Merck, anunciou que se retiraria do Conselho Industrial, outros ficaram constrangidos de permanecer e adotaram medida semelhante.

A resposta de Trump foi dissolver o Conselho Industrial, o Fórum de Estratégia e Política Pública, bem como o Conselho de Infraestrutura e dizer que “Frazier agora terá mais tempo para reduzir os preços dos remédios da Merck”. Mas, aparentemente para relativizar as críticas empresariais, Trump teria demitido Steve Bannon, um expoente desta “direita alternativa” e um de seus principais mentores desde a campanha eleitoral.



acesse
o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Uma das principais pautas do Legislativo nesse mês foram as medidas que fazem parte da Reforma Política, entre elas as possíveis mudanças no sistema eleitoral e de governo, que podem vir a representar mais um golpe dentro do golpe, e a investida da coalizão golpista para interditar a candidatura Lula.

Reforma Política

Entre os principais itens aprovados pela Comissão Especial da Câmara que analisa a PEC 77/03 da Reforma Política está a criação de um Fundo Especial para Financiamento da Democracia, que amplia as regras de financiamento coletivo (crowdfunding) para financiamento eleitoral por pessoas físicas (com sigilo do nome do doador se a doação não ultrapassar três salários) e direciona 0,5% da Receita Corrente Líquida da União, o equivalente a R\$ 3,6 bilhões, para as campanhas eleitorais. O dinheiro irá para o partido, que determinará como será distribuído entre os candidatos de seu interesse.

Outros pontos que serão levados à votação no plenário a partir do dia 22 de agosto são a criação de uma cláusula de barreira que limita em 1,5% o número de votos do partido para acesso ao fundo partidário e o tempo de TV, o que reduziria a fragmentação partidária e fortaleceria os partidos, e o fim de coligação em eleição proporcional. Ambos os pontos têm boas chances de serem aprovados

pela Casa.

É em torno do sistema eleitoral que estão as principais divergências. O texto original do deputado Vicente Cândido (PT-SP) previa a mudança no sistema e a adoção do distrital misto, a partir da eleição de 2022. No sistema proporcional atual, o candidato mais votado não necessariamente garante uma cadeira na Câmara. Essa garantia é dada por uma coligação de partidos que deve atingir um quociente eleitoral, ou seja, todos os votos em um partido/coligação são considerados, sendo que estes precisam atingir o quociente eleitoral, que é a razão entre o número de votos válidos e o número de cadeiras.

Pelo distrital proporcional misto, a soma do número de votos de todos os candidatos e do partido define o total de cadeiras disponíveis para cada legenda e os mais votados do partido são eleitos. Assim, metade dos eleitos viria de lista pré-ordenada pelo partido e a outra metade, do sistema distrital (vence o candidato que levar o maior número de votos

no distrito). Com isso, todos os votos são aproveitados e, mesmo que o eleitor não eleja o candidato em quem votou, seu voto é aproveitado para eleger outro nome do partido, que teoricamente possui o mesmo compromisso com o programa defendido.

Os deputados criticaram o relatório de Vicente Cândia por considerá-lo muito complexo e aprovaram uma reforma política mais restrita, com mudança do sistema eleitoral proporcional para o Distritão, com transição para um modelo distrital misto até 2022, o que também não é consenso, mas é o que defende a maioria da base do governo de Michel Temer. Ou seja, é mais um golpe no eleitor, que acaba com os partidos e o compromisso programático e garante a reeleição dos parlamentares atuais, ajudando a reeleger quem já é mais conhecido. Com isso, os atuais parlamentares aumentariam suas chances de manter-se com foro privilegiado em escândalos de corrupção.

Distritão

O chamado Distritão, aprovado pela Comissão que analisa a Reforma Política, prevê que os candidatos mais bem votados ao Legislativo sejam eleitos, independente de seus partidos. Tem como princípio o voto majoritário plurinominal, no qual em um mesmo distrito vários candidatos são eleitos. Na prática, é um sistema contrário à concepção de partido, personaliza o voto, desvincula o candidato da legenda, restringe a renovação, fundamental no processo político, e diminui o número de candidatos. O estado da federação será o grande distrito, ou Distritão, onde serão eleitos os candidatos que individualmente tiverem mais votos, sem nenhum contrapeso proporcional, ou seja, nenhuma consideração com o voto obtido pelos partidos.

A discussão em Brasília, no entanto, não se dá em torno da correção de possíveis distorções do sistema proporcional, como o fim das coligações proporcionais e instituição de uma cláusula de desempenho, por exemplo, que dariam força ao sistema. Parte do parlamento preferiu escolher um modo que enfraquece os partidos e dá força aos candidatos ricos e famosos, lideranças religiosas e midiáticas e prejudica a representação de minorias, de setores organizados da sociedade civil e da classe trabalhadora.

No Distritão, votos em nomes que não se elegem simplesmente são desperdiçados. De acordo com o cientista político Jairo Nicolau, um dos maiores especialistas brasileiros em sistemas eleitorais, se o Distritão estivesse em vigor em 2014, cerca de três milhões e meio de votos para deputado federal, 35% do total, seriam jogados fora, pois foram dados a candidatos não eleitos. Nicolau também afirma que, no mesmo pleito, cerca de cinco milhões de votos para deputado estadual, 49% do total também seriam desconsiderados.

Parlamentarismo

Não bastasse a volta da agenda neoliberal, das privatizações, do desemprego e da exclusão dos pobres no orçamento federal, tucanos e peemedebistas ensaiaram, nesse mês, mais um retorno às pautas e realidades dos anos noventa. A lamentável defesa do parlamentarismo como solução para a crise política em rede nacional por parte do PSDB, no dia 17 de agosto, foi mais uma demonstração de que o partido, que não reconheceu a quarta derrota consecutiva nas eleições presidenciais de 2014, não reconhece resultados das urnas. Em 1993 os brasileiros rejeitaram de maneira incontestável a adoção de um sistema de governo parlamentarista no Brasil, dando preferência ao presidencialismo.

No plebiscito de 1993, os brasileiros foram instigados a escolher entre as formas de governo republicana ou monárquica, e entre os sistemas de governo presidencialista e parlamentarista. Com ampla maioria, definiu-se que o Brasil seguiria sendo uma república (66,26% dos votos) presidencialista (55,67% dos votos). A monarquia obteve menos votos (10,25%) que os brancos (10,29%) e nulos (13,20%), e o parlamentarismo obteve menos da metade dos votos dados ao presidencialismo, apenas 24,91%.

O debate que era dado como encerrado, no entanto, está sendo ressuscitado pelos golpistas. Além do PSDB, o presidente golpista Michel Temer, de acordo com a imprensa, também está disposto a incentivar a transição para o parlamentarismo a partir de 2019. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, entregou, no dia 16 de

agosto, aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), um texto que complementa a PEC 09/2016, editada pelo então senador e atual ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes (PSDB-SP), que tramita no Congresso.

No texto da proposta, a Constituição Federal seria alterada de modo a passar as atribuições de governo ao primeiro-ministro, que deve ser indicado pela maioria dos membros do Congresso Nacional após as eleições, apresentar um plano de governo ao presidente da República e ser nomeado por este. Com as alterações, após seis meses de posse do primeiro-ministro, o Congresso pode destituí-lo por iniciativa de dois quintos dos parlamentares e pelo voto da maioria absoluta de cada casa, ou seja, mais da metade. A partir de doze meses, a iniciativa poderia ser de um terço dos parlamentares. Entre as alterações, está a criação de um Conselho de Ministros, de caráter deliberativo, e a possibilidade de o presidente da República dissolver o Congresso Nacional em caso de crise política e institucional e impossibilidade de formar governo.

Na verdade, as articulações patrocinadas pelo Planalto em torno do parlamentarismo são para barrar, em 2018, a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o ex-ministro do governo Dilma Rousseff (PT) Gilberto de Carvalho: “agora querem trazer de volta o parlamentarismo. Isso tudo é porque eles não têm candidato forte ao Planalto e temem o Lula”.

Opinião: mesmo calada a boca resta o peito...

Pouco mais de um ano das manifestações de massa que culminaram no fim do governo petista de Dilma Rousseff, a rejeição à classe política é generalizada e independente dos partidos. Os dados das últimas pesquisas podem levar a compreender porque as pessoas não estão mais tão dispostas a manifestações públicas. Segundo a pesquisa Pulso Brasil, do Instituto Ipsos, publicada em 13 de agosto pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a grande maioria (86%) da população acha que a democracia no Brasil não é respeitada

Outro dado preocupante revelado pela pesquisa

Ipsos é que somente 50% defendem a democracia. Para um terço dos entrevistados o regime democrático não é a melhor opção para o país e 47% consideram que nosso modelo de democracia não é o melhor regime para o Brasil. A taxa de apoio ao modelo brasileiro de democracia é de 38%.

A pesquisa também mostra que 94% dos eleitores não se sentem representados pelos políticos que estão no poder e 86% não se sentem representados pelos políticos em quem votaram. Para 88% dos entrevistados, a concordância com a afirmação que “as pessoas deveriam se unir em torno das causas comuns, e não brigar por partido”, é semelhante à parcela que considera que “o problema do país não é o partido, mas o sistema político” (81%) e que “brigar por partido” faz com que as pessoas não discutam os reais problemas do Brasil” (84%).

Segundo o mesmo levantamento, para 95% o país está no rumo errado, 94% desaprovam a maneira como Michel Temer atua no país, 85% avaliam o atual governo como ruim ou péssimo e 57% não depositam nenhuma expectativa no futuro desse governo.

O levantamento também mostra que apesar da descrença sobre as mudanças políticas, a maioria (84%) acredita que é possível estabelecer um governo sem corrupção e 90% consideram que o Brasil teria outro nível de desenvolvimento não fossem os problemas relacionados à corrupção, já que 89% afirmam que o país tem riquezas suficientes para ser uma nação de primeiro mundo. Para 96%, todos devem ser iguais perante a lei, mas somente 15% consideram que essa regra é devidamente observada no Brasil.

Outra pesquisa, realizada pelo *Poder 360*, entre 12 e 14 de agosto, questionou seus entrevistados acerca da recente rejeição dos deputados da Câmara à denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer, e 77% consideram que foi um erro, e que os deputados deveriam ter votado pela abertura do processo de investigação contra Temer. Esse levantamento confirma a baixa avaliação positiva do governo, em 5% de ótimo ou bom, e 75% acham o governo ruim ou péssimo. O Congresso é considerado ótimo ou bom por somente 4%, e 65% possuem avaliação negativa em relação ao ele.

A pesquisa do *Poder 360* também mostra que o PT vem recuperando seu capital eleitoral e, a despeito do profundo massacre midiático que o partido sofre nos últimos anos, ainda tem um potencial de voto de 34% (21% votariam com certeza em um candidato do PT e 13% poderiam votar em candidato do partido), enquanto 49% dizem que não votaria em candidato do PT de jeito nenhum.

O PSDB, principal partido de oposição ao PT, tem rejeição ainda maior, com 54% que não votariam de jeito nenhum em candidatos do partido, 13% de um todo mais volátil de eleitores que poderiam votar e apenas 4% de eleitorado fiel, que com certeza votariam em candidatos do PSDB.

Se a eleição fosse hoje e em igualdade de condições, em cenário com Lula, Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Marina Silva e Geraldo Alckmin. Lula teria 32% dos votos e Bolsonaro 25%, outros 23% votariam em branco ou nulo. Em cenário com os mesmos candidatos, mas João Dória, em lugar de Geraldo Alckmin, pelo PSDB, Lula manteria a mesma votação, na margem de erro, com 31%, e Bolsonaro perderia votos (18%), para João Dória (12%) e o percentual de brancos e nulos seria mantido em 23%.

Se por algum motivo Lula não concorresse e os candidatos a presidente em 2018 fossem Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Marina Silva, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, o número de votos brancos e nulos cresceria para 38%, Bolsonaro ficaria com 27% e os demais Alckmin 9%, Marina e Ciro 8% e Haddad 3%. Na disputa com João Dória pelo PSDB, 36% anulariam voto, Bolsonaro ficaria com 25% e Dória com 12%.

A pesquisa do *Poder 360* deixa claro não há candidato capaz de enfrentar e vencer Lula nas urnas e é preciso reforçar que a “eleição sem Lula é fraude” e fazer a defesa de seu direito a candidatar-se. É o justo e o que deseja a maioria da população brasileira.

É necessário esclarecer a população sobre o perigo contido nas alternativas postas pela direita. Defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais; a adoção do voto em lista partidária; o fim de coligações proporcionais; e a criação de federações partidárias, entre outras medidas que estimulem a participação popular, além do direito de Lula disputar as eleições e fazer valer o voto da população que vê nele o melhor presidente que o Brasil já teve.

SOCIAL



Nesta seção, analisamos os últimos indicadores para o mercado de trabalho brasileiro, em especial o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que apontam um crescimento do emprego no Brasil, porém acompanhado também do crescimento da subutilização da força de trabalho.

Caged

O Caged sinalizou que, em julho de 2017, o Brasil apresentou um saldo de 35,9 mil postos de trabalho com carteira assinada, sendo o quarto mês consecutivo em que o indicador vem positivo. Neste mês, o setor que puxou a criação de empregos foi a Indústria, seguido do Comércio e Serviços. Nos meses anteriores, o resultado positivo no saldo de geração de empregos havia sido puxado pela Agropecuária, mas agora se expandiu para outros setores da economia. Resta ver se o efeito positivo, possivelmente resultado da liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

tem fôlego para deslanchar uma retomada consistente da geração de empregos formais.

PNAD Contínua

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua aponta que a taxa de desocupação caiu no trimestre analisado (abril a junho de 2017) em relação ao trimestre anterior, mas subiu em relação ao ano anterior (em que foi de 11,3%). O nível de ocupação aumentou em relação ao trimestre anterior mas caiu em relação ao ano anterior. Já a taxa de ocupação permaneceu a mesma.

TAXAS (em pontos percentuais)	Estimativas dos trimestres móveis		
	abr-mai-jun/2016	jan-fev-mar/2017	abr-mai-jun/2017
TAXA DE DESOCUPAÇÃO	11,3	13,7	13,0
NÍVEL DA OCUPAÇÃO	54,6	53,1	53,7
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	61,6	61,6	61,7

Os trabalhadores ocupados, como mostra a tabela seguinte, tiveram um aumento em relação ao trimestre anterior, mas caíram em relação ao ano anterior. Em movimento complementar, o número de

desocupados no Brasil caiu em relação ao trimestre anterior, mas aumentou em relação ao ano anterior. O número de trabalhadores fora da força de trabalho se manteve estável.

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres móveis		
		abr-mai-jun/2016	jan-fev-mar/2017	abr-mai-jun/2017
POPULAÇÃO	EM IDADE DE TRABALHAR	166.270	167.535	168.136
	NA FORÇA DE TRABALHO	102.384	103.123	103.722
	OCUPADA	90.798	88.947	90.236
	DESOCUPADA	11.586	14.176	13.486
	FORA DA FORÇA DE TRABALHO	63.886	64.413	64.415

Apontamos ainda que tem crescido muito a geração de empregos sem carteira, o que indica uma ampliação da informalidade no Brasil, com uma estabilida-

de do número de empregados com carteira em relação ao trimestre anterior e uma queda em relação ao ano anterior.

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres móveis		
		abr-mai-jun/2016	jan-fev-mar/2017	abr-mai-jun/2017
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA (inclusive trabalhadores domésticos)	34.424	33.406	33.331
	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA (inclusive trabalhadores domésticos)	10.083	10.181	10.623
	TRABALHADOR DOMÉSTICO	6.226	6.058	6.104
	EMPREGADO NO SETOR PÚBLICO (inclusive servidor estatutário e militar)	11.300	10.872	11.299
	EMPREGADOR	3.707	4.128	4.191
	CONTA PRÓPRIA	22.923	22.112	22.509
	TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	2.136	2.190	2.179

Por grupamentos de atividade, a PNADC também indica um crescimento do emprego na indústria em relação ao trimestre anterior, mas estabilidade em relação ao ano anterior. Outros segmentos que cres-

cem em relação ao trimestre anterior são Transporte, Armazenagem e Correio; Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, bem como Outros Serviços

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres móveis		
		abr-mai-jun/2016	jan-fev-mar/2017	abr-mai-jun/2017
GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	9.417	8.682	8.652
	INDÚSTRIA GERAL	11.661	11.380	11.755
	CONSTRUÇÃO	7.414	6.836	6.731
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	17.405	17.214	17.412
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4.495	4.493	4.623
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4.492	4.994	5.071
	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS, PROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVAS	9.689	9.940	9.820
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA, SEGURIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	15.758	15.067	15.552
	OUTROS SERVIÇOS	4.145	4.231	4.468
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	6.319	6.098	6.137

Por posição na ocupação e por segmentos de atividade, também houve estabilidade, segundo a PNA-DC, para a comparação com o trimestre anterior. E

comparado com o mesmo trimestre no ano anterior, cresceu. A massa de rendimento real habitual mostra estabilidade.

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres móveis		
		abr-mai-jun/2016	jan-fev-mar/2017	abr-mai-jun/2017
RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL (em reais) - PESSOAS OCUPADAS (Todos os trabalhos)		2.043	2.125	2.104
MASSA DE RENDIMENTO REAL HABITUAL (em reais) - PESSOAS OCUPADAS (Todos os trabalhos)		180.896	184.222	185.096

A taxa composta de subutilização da força de trabalho (subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial sobre a força de trabalho) caiu de 24,1%, no primeiro trimestre para 23,8%, no segundo trimestre, com as maiores

taxas verificadas no Nordeste (34,9%) e as menores na região Sul (14,7%). No entanto, como mostra a tabela abaixo, a média anual do indicador para 2017 é ainda a maior da série histórica, medida desde 2012.

Taxa composta da subutilização da força de trabalho

Ano	Trimestre de	Estimativa	Média anual (%)
2012	jan-fev-mar	20,9	-
	abr-mai-jun	18,9	-
	jul-ago-set	17,1	-
	out-nov-dez	16,7	18,4
2013	jan-fev-mar	17,9	-
	abr-mai-jun	16,8	-
	jul-ago-set	16,0	-
	out-nov-dez	14,9	16,4
2014	jan-fev-mar	15,6	-
	abr-mai-jun	14,9	-
	jul-ago-set	14,8	-
	out-nov-dez	14,9	15,1
2015	jan-fev-mar	16,5	-
	abr-mai-jun	17,2	-
	jul-ago-set	18,0	-
	out-nov-dez	17,3	17,3
2016	jan-fev-mar	19,3	-
	abr-mai-jun	20,9	-
	jul-ago-set	21,2	-
	out-nov-dez	22,2	20,9
2017	jan-fev-mar	24,1	-
	abr-mai-jun	23,8	-

As desigualdades de gênero e raça são amplamente verificáveis no mercado de trabalho segundo a PNADC: no segundo trimestre de 2017 (abril-junho), a taxa foi estimada em 11,5% para os homens e 14,9% para as mulheres. Por outro lado, homens (56,6%) representavam maior percentual de ocupados. Quanto a cor ou raça, a taxa de desocupação desagregada também mostra que entre as pessoas que se declararam brancas (10,3%) ficou abaixo da média nacional, porém a dos pretos (15,8%) e dos pardos (15,1%) ficou acima.

Diferenças de escolaridade também importam: a taxa de desocupação para pessoas com ensino médio incompleto, 21,8%, era superior à verificada para os demais níveis de instrução. Para o grupo de pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi estimada em 14%, mais que o dobro da verificada para aqueles com nível superior completo, 6,4%.

Também as taxas de desocupação dos grupos de pes-

soas de 14 a 17 anos de idade (43%) e de 18 a 24 anos (27,3%) apresentaram patamar superior ao estimado para a taxa média total.

Quanto à variação regional, no segundo trimestre de 2017, a taxa de desocupação registrou retração em todas as grandes regiões, exceto Nordeste (em que permaneceu estável, de 16,3% para 15,8%), com destaque para o Norte (de 14,2% para 12,5%) e Centro-Oeste (de 12% para 10,6%). As outras taxas foram: Sudeste (de 14,2% para 13,6%) e Sul (de 9,3% para 8,4%).

Quanto à taxa de desocupação por Unidade da Federação, a PNADC destaca que Pernambuco (18,8%) e Alagoas (17,8%) registraram as maiores taxas de desocupação, como mostra a próxima tabela. Em Pernambuco, a taxa passou de 17,1% para 18,8%; e em Alagoas, de 17,5% para 17,8%. As menores taxas de desocupação foram registradas em Santa Catarina (7,5%), Rio Grande do Sul (8,4%) e Mato Grosso (8,6%).

Unidades da Federação	Taxa de desocupação (%)	
	janeiro-março 2017	abril-junho 2017
Pernambuco	17,1	18,8
Alagoas	17,5	17,8
Bahia	18,6	17,5
Amapá	18,5	17,1
Rio de Janeiro	14,5	15,6
Rio Grande do Norte	16,3	15,6
Amazonas	17,7	15,5
Acre	15,9	14,9
Maranhão	15	14,6
Sergipe	16,1	14,1
Piauí	12,6	13,5
São Paulo	14,2	13,5
Espírito Santo	14,4	13,4
Ceará	14,3	13,2
Distrito Federal	14,1	13,1
Minas Gerais	13,7	12,2
Tocantins	12,6	11,7
Paraíba	13,2	11,4
Pará	13,8	11,4
Goiás	12,7	11
Roraima	10,3	10,8
Rondônia	8	8,9
Mato Grosso do Sul	9,8	8,9
Paraná	10,3	8,9
Mato Grosso	10,5	8,6
Rio Grande do Sul	9,1	8,4
Santa Catarina	7,9	7,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

A PNADC destaca que a população ocupada, no trimestre analisado, era integrada por 68% de empregados (incluindo empregados domésticos), 4,6% de empregadores, 24,9% de pessoas que trabalharam por conta própria e 2,4% de tra-

balhadores familiares auxiliares. Nas regiões Norte (31,8%) e Nordeste (29,8%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões.

ECONOMIA



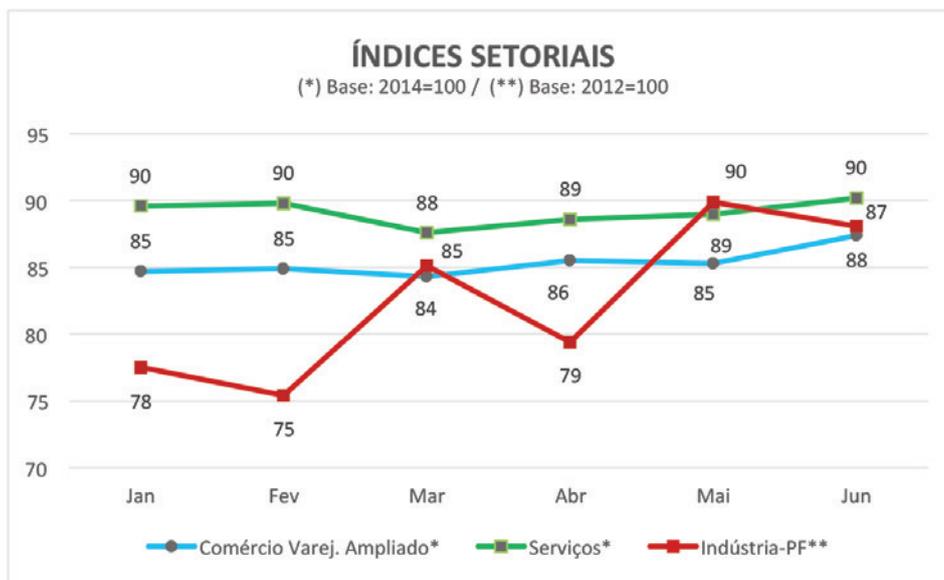
O desastre da política de austeridade revelado por mais uma revisão da meta de déficit fiscal foi sem dúvida o principal episódio que marcou a conjuntura econômica nesse mês de agosto. A frustração de receitas do governo, ao lado de novas despesas abertas para agradar a base fisiológica e garantir o engavetamento das denúncias contra Temer, fez necessário alargar novamente o orçamento do governo federal, agora em vinte bilhões de reais.

Nível de Atividade

De acordo com os principais indicadores antecedentes do nível de atividade que temos disponíveis no Brasil (o IBC-Br do Banco Central e o Monitor do PIB da FGV), a economia brasileira perdeu força no mês de junho, encerrando o segundo trimestre em patamar significativamente mais baixo do que o anterior. Nos cálculos do Banco Central, o IBC-Br registrou uma desaceleração no comparativo entre os dois trimestres (de +1,2% para +0,25%), enquanto, para a FGV, o país voltou ao patamar negativo, registrando queda de 0,24% no segundo trimestre depois de ter alcançado um crescimento de 0,99% no trimestre anterior. Com isso, considerando que as estimativas do IBC-Br têm apontado números levemente inflados, é bastante

provável que, quando em setembro for divulgado pelo IBGE o PIB oficial do segundo trimestre, seja efetivamente confirmada uma pequena retração da economia, reforçando o entendimento de que antes de estarmos assistindo a um processo de recuperação, na melhor das hipóteses, o quadro ainda é de estagnação econômica.

É verdade que alguns indicadores setoriais sinalizaram uma trajetória um pouco melhor no mês de junho, porém, ainda foram variações tímidas e pouco consistentes (veja no gráfico seguinte). Por exemplo, enquanto o comércio e os serviços avançaram ligeiramente entre abril e junho, a produção industrial, que havia registrado um bom crescimento em maio, voltou a perder força no mês, influenciada pela retração da construção civil.



Portanto, considerados os dois primeiros trimestres do ano, percebe-se que assistimos à ocorrência de um miniciclo que se expressa nas ondas do chamado *efeito pedra no lago*, causado por circunstâncias pontuais e intensas ocorridas no primeiro trimestre de 2017. A partir do impulso inicial resultante do excepcional crescimento da safra agrícola e das boas vendas ao mercado externo, entre maio e junho registrou-se uma tênue recuperação de alguns segmentos específicos do varejo, dos serviços e da indústria, os quais entretanto estão diretamente relacionados à intensificação das atividades de colheita, transporte, armazenagem, escoamento e comercialização da safra.

De fato, como bem demonstra um estudo realizado pelo Banco Central (*Impacto regional da safra agrícola*), [disponível aqui](#), não fosse o referido impulso da agricultura, concentrado nas culturas de soja e milho, quatro das cinco grandes regiões do país teriam amargado quedas no *Índice de Atividade Econômica Regional* (IBCR). Comparando-se o período janeiro-maio de 2017 com o mesmo período do ano anterior, pelos cálculos do Banco Central, o país só conseguiu evitar um aprofundamento da recessão neste primeiro semestre de 2017 graças a uma variação muito positiva do valor da produção agrícola de 4 das 5 grandes regiões do país: Norte (+14,6%), Nordeste (+89,1%), Centro-Oeste (+14%) e Sul (+19,7%).

INDICADORES DE ATIVIDADE REGIONAL

Variação % (jan-mai 2017 / jan-mai 2016)

Discriminação	Grande Região				
	N	NE	CO	SE	S
Agric_RG	14,6%	89,1%	14,8%	1,5%	19,7%
IBCR ex-Agric_RG	-3,6%	-2,8%	-2,9%	-2,3%	0,0%
IBCR	-1,5%	0,0%	0,4%	-2,0%	2,4%

Fonte: BACEN

Setor Público

Depois de apresentar no *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º Bimestre* uma estimativa de frustração de receita de R\$ 42,5 bilhões no ano de 2017, o governo anunciou, no último dia 15 de

agosto, que irá rever a meta fiscal não apenas para o presente exercício, mas também para os três anos seguintes. Com isso, o governo federal pretende ampliar a previsão de déficit primário do setor público consolidado – o qual inclui os três níveis de go-

verno, além das empresas estatais - até 2020 (veja tabela abaixo) e assim ajustar as previsões de despesa aos respectivos orçamentos anuais. A medida em si não é ruim, pois muito pior seria se o governo continuasse insistindo em metas irrealistas e contraproducentes. Entretanto, em meio à enorme histeria que o tema da ampliação do déficit tem causado, passaram despercebidas algumas questões cruciais que são graves e que mereceriam um tratamento mais adequado.

Em primeiro lugar, como de hábito, quase não se discute o maior e mais grave vertedouro das receitas públicas que são os serviços da dívida (juros). Tanto o governo quanto os analistas de mercado fazem de conta que essa questão é determinada por alguma força superior, não cabendo, portanto, questioná-la.

Em segundo lugar, como se pode notar na tabela abaixo, na proposta do governo a totalidade da margem adicional orçamentária aberta com a revisão das metas fiscais ficará concentrada no orçamento

da União, enquanto para estados e municípios foram mantidas as metas anteriores, as quais inclusive já previam um superávit crescente a partir de 2018. Claro que, se estivesse o país navegando em ritmo de cruzeiro, nada se haveria de contestar a respeito. Entretanto, como bem sabe a maioria dos brasileiros, muitos governos estaduais e provavelmente a maioria das prefeituras municipais do país estão enfrentando um estrangulamento fiscal gravíssimo, aprofundado inclusive pela redução dos repasses constitucionais do governo federal - na LDO/2018, recém encaminhada pelo governo ao Congresso, estima-se uma redução de R\$ 8,5 bilhões na repartição de receitas para as demais instâncias governamentais no ano que vem. Com tal estratégia, se por um lado o caixa da União ganha alguma folga para os próximos anos, é muito provável que ocorra uma paralisia ainda maior nas atividades dos governos subnacionais, aprofundando ainda mais o quadro de penúria e degradação social que já assombra o país.

EVOLUÇÃO DAS METAS FISCAIS

	2017		2018		2019		2020	
	Atual	Proposta	Atual	Proposta	Atual	Proposta	Atual	Proposta
Setor Público Consolidado	-143,1	-163,1	-131,3	-161,3	-63,8	-137,8	23,2	-51,8
Gov. Federal	-139	-159	-129	-159	-65	-139	10	-65
Estatais Federais	-3	-3	-3,5	-3,5	-3,5	-3,5	-3,4	-3,4
Estados/Municípios	-1,1	-1,1	1,2	1,2	4,7	4,7	16,61	16,61

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Um terceiro ponto que deveria merecer maior atenção no novo planejamento fiscal (sic) diz respeito à estratégia apresentada pelo governo federal para reduzir as suas despesas nos próximos anos. Sob a alegação de que nas carreiras dos servidores federais existem desproporções e privilégios inaceitáveis - que de fato existem, mas não representam grande impacto fiscal - os ministros da área econômica pretendem adotar medidas horizontais que alcançam o conjunto do funcionalismo federal, independentemente do cargo e da renda. Assim, além de postergarem por um ano o reajuste dos salários que já estava aprovado na LDO/2017, avançam também sobre os rendimentos dos servidores federais, definindo já para 2018 um aumento da contribuição

previdenciária de 11% para 14%, atingindo indistintamente de professores a juízes.

Comércio Exterior

O ano de 2017 continua registrando resultados bastante positivos no que tange ao nosso comércio exterior, graças a uma conjuntura internacional que tem se mostrado favorável para a economia brasileira. E como temos indicado já há alguns meses, na ausência de uma política de investimentos públicos que faça reanimar a demanda agregada, este parece ser o único motor do PIB capaz de compensar a estagnação do consumo das famílias e a forte queda dos investimentos privados.

Assim, de acordo com os resultados apurados até a terceira semana de agosto, as exportações brasileiras seguem em patamar superior ao das importações, levando à obtenção de um superávit comercial de 45,05 bilhões de dólares no ano. A análise comparativa com o mês de julho, entretanto, não é lá muito alvissareira. As exportações caíram 11,7% sobre o mês anterior, em virtude da redução da venda de manufaturados (-13,7%), de semimanufaturados (-2,7%) e de produtos básicos (-13,2%). Como as importações apresentaram um ligeiro crescimento no mês de agosto (+2,3%), o saldo comercial acabou caindo de forma acentuada (-39,3%) quando consideradas as médias diárias do mês de agosto em relação às do mês anterior.

Por fim, no que se refere às perspectivas futuras do setor externo de nossa economia, deve-se atentar para as recentes projeções do FMI a respeito do crescimento do mercado internacional de commodities, o qual deverá manter uma trajetória de preços favoráveis, puxado principalmente pela maior demanda da economia chinesa (cujo crescimento foi revisto para 6,7% em 2017 e 6,4% em 2018).

Inflação e política monetária

Com o aumento dos impostos sobre combustíveis realizado no último mês de julho, a inflação medida pelo IPCA (IBGE) voltou ao campo positivo, registrando um aumento de 0,24% no mês de julho, após ter caído 0,23% no mês anterior. Com isso, a inflação acumulada nos sete primeiros meses do ano ficou em 1,43%, enquanto nos últimos doze meses alcançou a marca de 2,71%, a mais baixa desde fevereiro de 1999. Em movimento similar, os indicadores de inflação calculados pela FGV também registraram em suas últimas medições uma leve oscilação positiva. O IGP-M (índice que serve de parâmetro para o reajuste dos aluguéis), captou uma inflação de 0,03% nos trinta dias encerrados na segunda semana de agosto, resultado esse que expressa o comportamento ascendente dos demais subíndices produzidos pela FGV: o IPA - que mede os preços no atacado - registrou ainda uma deflação de -0,14% (porém menor que o -1,14% auferido no

mesmo período do mês anterior), o IPC - que mede os preços ao consumidor - cresceu 0,36% (ante 0,04% no mês anterior) e o INCC - relativo aos preços da construção civil - passou de 0,13% em julho para 0,31% na prévia da segunda semana de agosto.

Por conta disso, as estimativas do mercado reunidas pelo Boletim Focus do Banco Central projetam que 2017 se encerrará com uma inflação anual de 3,51% e que, por conseguinte, a taxa Selic a ser definida na última reunião do Copom do ano deverá ficar em 7,5%. É bom salientar, entretanto, que embora esse venha a ser um patamar bastante baixo para a Selic em termos nominais (próxima dos 7,25% praticados em 2012), a taxa básica de juros continuará muitíssimo elevada quando considerada em termos reais (isto é, descontada a inflação anual), girando provavelmente em torno de 4% ao ano, bem acima da taxa real de 1,2% que foi registrada na passagem de 2012 para 2013, ainda durante o primeiro governo de Dilma Rousseff.

Conclusão

Com o alargamento do orçamento federal, caiu por terra a encenação em torno do mantra da austeridade - utilizado à larga pela equipe econômica para aprovar o teto para os gastos sociais - como também ficou escancarada a falta de rumo de um governo incapaz de utilizar esse espaço fiscal adicional para reanimar a demanda agregada com necessária ampliação dos investimentos públicos.

A economia segue deprimida, com a indústria perdendo força enquanto um leve sopro de vida oriundo da agricultura e do FGTS animam o varejo e as atividades do setor de serviços. Indiferente a tudo isso, a equipe econômica do governo insiste na morosa redução da taxa Selic que, em termos reais, deverá terminar 2017 como uma das três mais elevadas do planeta. Para compreender as inconfessáveis razões de tamanha barbaridade, deve-se destacar que a atual política monetária emana diretamente da vontade dos homens de mercado (dentro e fora do governo), os quais se arvoram por ter conquistado "autonomia operacional" perante os demais interesses da nação.

TERRITORIAL



Os conflitos no campo aumentaram no período pós-golpe devido à ascensão das pautas defendidas pelos ruralistas e englobadas pelo governo federal. Ao mesmo tempo, houve enfraquecimento político de temas como o combate ao trabalho escravo, a reforma agrária e a defesa dos direitos indígenas. Vejamos como se manifestaram os conflitos no campo durante o período recente.

O CRESCIMENTO DOS CONFLITOS NO CAMPO

Os conflitos no campo vêm se tornando um problema cada vez mais grave aos olhos da comunidade brasileira e internacional. O Brasil foi o país do mundo com maior número de homicídios no campo em 2016. O Estado parece ter fechado os olhos para os conflitos e as mortes, ao favorecer, na maioria dos casos, os interesses dos grandes proprietários e grileiros que se sentem empoderados pelos novos direcionamentos do governo federal para as questões rurais.

Um bom exemplo da pauta não progressista abraçada pelo governo Temer foi a recém sancionada Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

Outra ameaça em curso é o Projeto de Lei 6442/2016, elaborado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que trata de uma reforma trabalhista ampla no meio rural. O projeto de lei visa alterar as regras de regulação do trabalho no campo ao abordar aspectos como ampliação da jornada de trabalho, expansão da terceirização e diminuir a fiscalização das condições do trabalho rural.

Aspectos globais da violência no campo

Segundo o relatório “Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016”, produzido pela organização sem fins lucrativos Global Witness, a violência no campo vem aumentando de forma global no período recente.

Os resultados que constam no relatório lançado em julho de 2017 apontam para um cenário preocupante. Em 2016, foram registradas pela Global Witness duzentas mortes em 24 países diferentes. Isso significou

uma elevação de 10% das mortes em relação ao ano anterior. E também um aumento de 50% do número de países com registros de assassinatos, cujos acontecimentos em 2015 foram em dezesseis países.

Tabela 1 – Distribuição dos assassinatos no campo por país (2016)

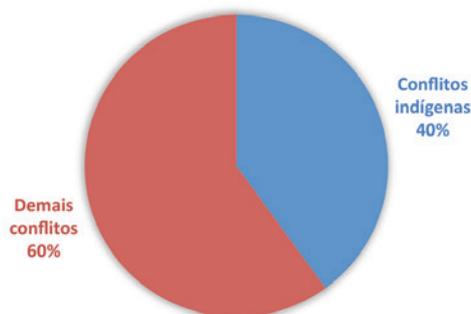
País	Assassinatos
Brasil	49
Colômbia	37
Filipinas	28
Índia	16
Honduras	14
Nicarágua	11
República do Congo	10
Bangladesh	7
Guatemala	6
México	3
Irã	3
África do Sul	2
Peru	2
Mianmar	2
Zimbabwe	1
Vietnã	1
Uganda	1
Tailândia	1
Tanzânia	1
Paquistão	1
Malásia	1
Irlanda	1
China	1
República dos Camarões	1
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

A partir das informações apontadas, foi possível observar que as duzentas mortes ocorreram de maneira bastante heterogênea nos 24 países abordados. Dez destes países contabilizaram uma morte cada, enquanto mais da metade – 57% – dos casos ficaram concentrados em apenas três países: Brasil, Colômbia e Filipinas. O Brasil foi o país com maior número de mortes em termos absolutos no mundo, contabilizando sozinho 49 assassinatos – o que corresponde a praticamente 25% dos assassinatos registrados pela organização de forma global.

Conforme o gráfico a seguir, outra questão a ser apontada é o grande percentual de mortes de indígenas em conflitos de defesa da terra e/ou do meio ambiente. Em 2016, 40% do total de assassinatos registrados pela organização no mundo foram de indígenas, revelando a vulnerabilidade desse grupo social em conflitos envolvendo a terra. Do ponto de vista proporcional, as mulheres representavam 10% dos assassinatos ocorridos no período, sendo apontadas pelo relatório diferentes formas de violência contra a mulher, inclusive sexual.

Gráfico 1 – Assassinatos no campo segundo natureza do conflito. Mundo, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Muitas mortes no campo possuíam associações com o setor de atividade econômica. Os setores de mineração e petróleo foram responsáveis por 33 pessoas assassinadas no mundo em 2016, o que corresponde a 16,5% do total de assassinatos. Já os setores madeireiro e de agroindústria tiveram relação com 23 mor-

tes cada. São todos setores econômicos cujos interesses finais passam pelo desmatamento de terras ou da sua transformação em campos de mineração e extração de petróleo, indo em colisão com os defensores de suas terras e/ou do meio ambiente.

Tabela 2 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo setor de atividade econômica. Mundo, 2016

Setor de atividade econômica	Assassinatos
Mineração e Petróleo	33
Madeireira	23
Agroindústria	23
Outras	121
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Em 2016, pode-se observar que 43 dos assassinatos registrados pela Global Witness (2017) foram de responsabilidade de atores públicos, entre eles a polícia e o Exército. Isso corresponde a 21,5% do total de assassinatos, demonstrando que o Estado está participando ativamente das mortes em vez de assegurar a integridade física de seus cidadãos. Além disso,

dentre os outros atores responsáveis pelas mortes, se destacam os grupos paramilitares, que foram responsáveis por 16,5% das mortes. Os demais responsáveis identificados foram os seguranças particulares, que assassinaram catorze pessoas, seguidos dos caçadores furtivos da fauna e da flora, que mataram treze pessoas no período.

Tabela 3 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo responsabilidade. Mundo, 2016

Responsável	Assassinatos
Exército	10
Caçadores Furtivos	13
Seguranças Particulares	14
Polícia	33
Paramilitares	35
Outros	95
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Além dos assassinatos, a Global Witness (2017) também relatou a existência de outros tipos de violência no campo, como ataques, desaparecimentos, abuso sexual, ameaças e ataques a familiares.

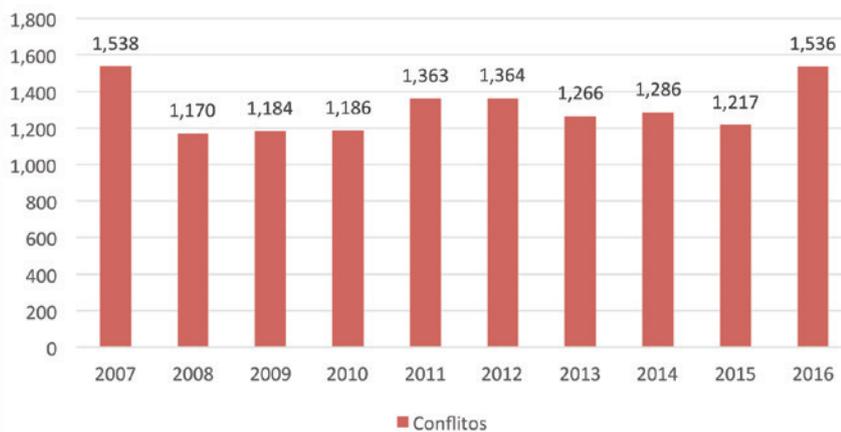
Quanto ao Brasil, foram registrados 49 assassinatos, entre os quais dezesseis ligados ao setor de atividade madeireira. As obras para instalação de represas e hidrelétricas também foram constatadas como geradoras da violência no país. A organização também afirmou que a maior parte dos responsáveis pelos assassinatos brasileiros no campo foram proprietários de terra.

Evolução e territorialização dos conflitos

Contribuindo para essa discussão, utilizaremos os dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, que monitora e atua na temática dos conflitos do campo no Brasil.

Os dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra mostraram as ocorrências de conflitos no campo desde 2007. No gráfico a seguir é possível observar tal evolução. Em 2016, os conflitos no campo totalizaram 1.536, o maior pico de ocorrências desde 2007.

Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2016

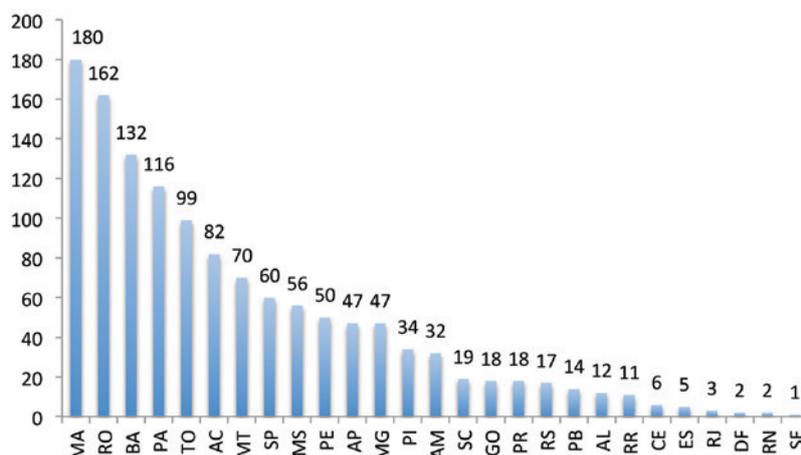


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017

O gráfico a seguir aponta a distribuição dos conflitos no campo nas unidades federativas brasileiras. Entre os dados registrados, foi relevante que alguns estados têm uma representação muito forte em matéria de conflitos no campo. Do total de ocorrências territoria-

lizadas, 13,9% dos conflitos ocorreram no Maranhão. Por sua vez, os estados de Rondônia, Bahia e Pará representaram, respectivamente, 12,5%, 10,2% e 8,9% do total de ocorrências do país.

Gráfico 3 – Distribuição dos conflitos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2016

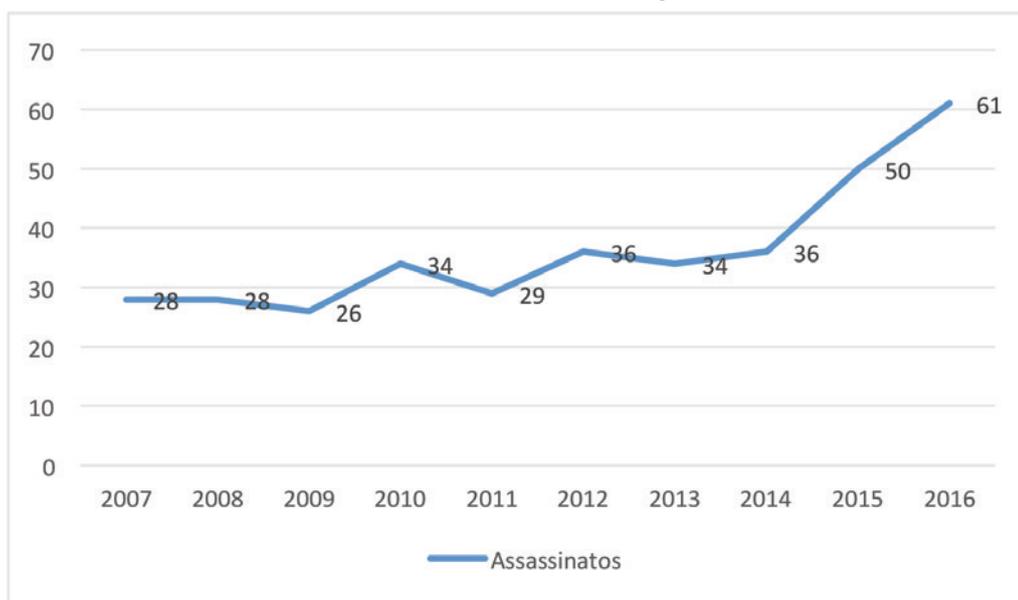


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017

Ao desagregar mais as informações das ocorrências de conflitos no campo, mostram-se apenas aquelas que resultaram em sua consequência mais grave, a morte. Em 2016, foram contabilizados 61 assassinatos no campo no Brasil. Ao longo do período analisado, fica evidente que 2015 foi um ano com

elevação muito grande no número de assassinatos no campo e 2016 aumentou ainda mais essa tendência. De 2007 a 2016, o número de mortes no campo mais do que dobrou, revelando a gravidade do problema atual.

Gráfico 4 – Evolução dos assassinatos no campo. Brasil, 2007-2016

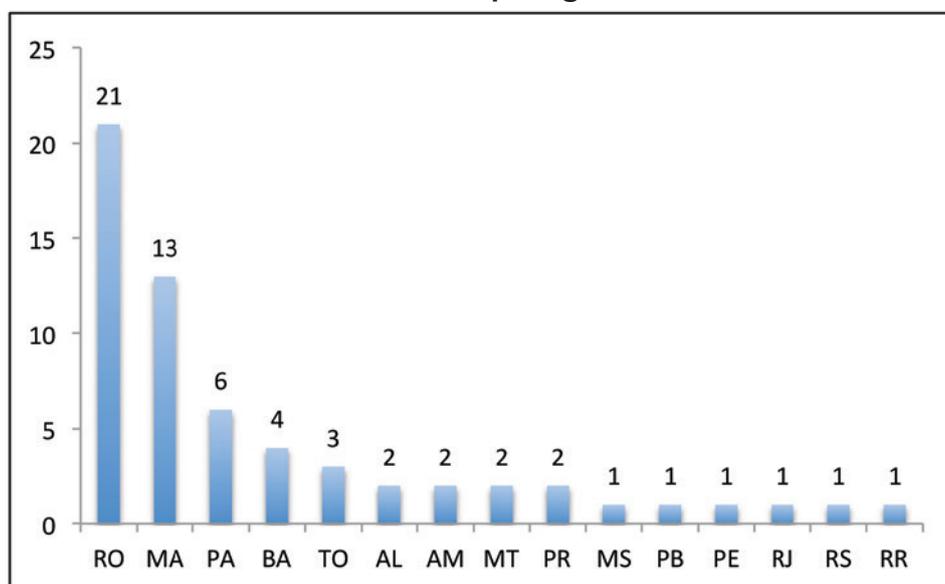


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Para o ano de 2016, a regionalização dos dados revela que as 61 mortes ocorridas no país se manifestaram em quinze unidades federativas. Houve concentração grande das mortes principalmen-

te nos mesmos estados que apresentaram maior quantidade de ocorrências. Assim, 34,4% dos assassinatos aconteceram em Rondônia e 21,3% no Maranhão.

Gráfico 5 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Conclusão

O conjunto de dados analisados nesse artigo aponta para um cenário alarmante a respeito dos conflitos no campo ocorridos de forma global e no Brasil. O país tem se destacado negativamente em termos de conflitos pela terra e pelas mortes deles decorrentes. Além disso, a bancada ruralista no Congresso

Nacional ganha cada vez mais força e é favorecida pelo governo golpista de Temer, o que faz aumentar a concentração e o conflito pela terra no país. Por fim, as medidas recentemente tomadas pelo governo Temer estão contribuindo para esse cenário de caos social no campo, pois representa um retrocesso aos direitos dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas.

Aspectos metodológicos sobre a fonte utilizada

A Global Witness é uma organização sem fins lucrativos que defende os direitos humanos e ambientais. Dentre os projetos encabeçados por ela, está o acompanhamento de mortes no campo. Esse acompanhamento é materializado em estudos realizados desde 2010 pela organização e compreendem pessoas que, por defenderem a terra e o meio ambiente de forma pacífica, foram assassinadas ou estão desaparecidas. As vítimas apresentadas possuíam relação pessoal ou profissional com a causa.

Para a realização do relatório abordado nesse artigo, a Global Witness (2017) se baseou em informações públicas na internet. Primeiro, a equipe da organização sistematizou fontes nacionais e internacionais que apresentavam dados sobre pessoas assassinadas no campo. A seguir, os dados recolhidos na internet passaram por uma seleção respeitando alguns critérios. Entre os critérios observados, as fontes deveriam ser confiáveis, publicadas e atuais. Também deveriam incluir detalhes comprovando o caso: o tipo, método, data e local do assassinato. Outros detalhes pessoais das vítimas, como nome, dados de identificação e informações de sua vida profissional, foram critério para a inclusão no estudo.

Por fim, deveria haver relação da vítima com problemas ambientais ou de terra para justificar sua inclusão na população estudada. Houve exceções a esses critérios em casos de organizações locais cujos dados não foram publicados na internet, mas cujas metodologias foram consideradas confiáveis. Ressalta-se que foram incluídos nos registros mortes de pessoas próximas às vítimas que advogavam diretamente pela terra ou pelo meio ambiente, cujos assassinatos estavam de alguma forma relacionados.

De maneira complementar, torna-se necessário apontar que o estudo elaborado pela Global Witness (2017) apresentou alguns limites, sendo um deles a possibilidade de subdimensionamento dos dados observados, uma vez que nem todas as mortes ocorridas foram registradas, sobretudo em áreas rurais. Também, as investigações foram realizadas por buscas na internet e não foi possível fazer buscas muito profundas em todos os países. As buscas foram realizadas em três idiomas: inglês, português e espanhol, portanto se restringiu a dados publicados nestas línguas.

Além disso, em alguns países a organização possui mais vínculos com organizações locais do que em outros e isso reflete em maiores e mais completas informações nesses países em detrimento dos demais. Os países com maior prioridade para buscar mais detalhadas foram aqueles onde havia algum alerta de casos de violência no campo.

Por fim, existem desafios inerentes ao recolhimento desse tipo de dado, uma vez que em alguns países existem pouca presença de organizações da sociedade civil trabalhando com o tema e censura em meios de comunicação que permitam o conhecimento de casos de violência.

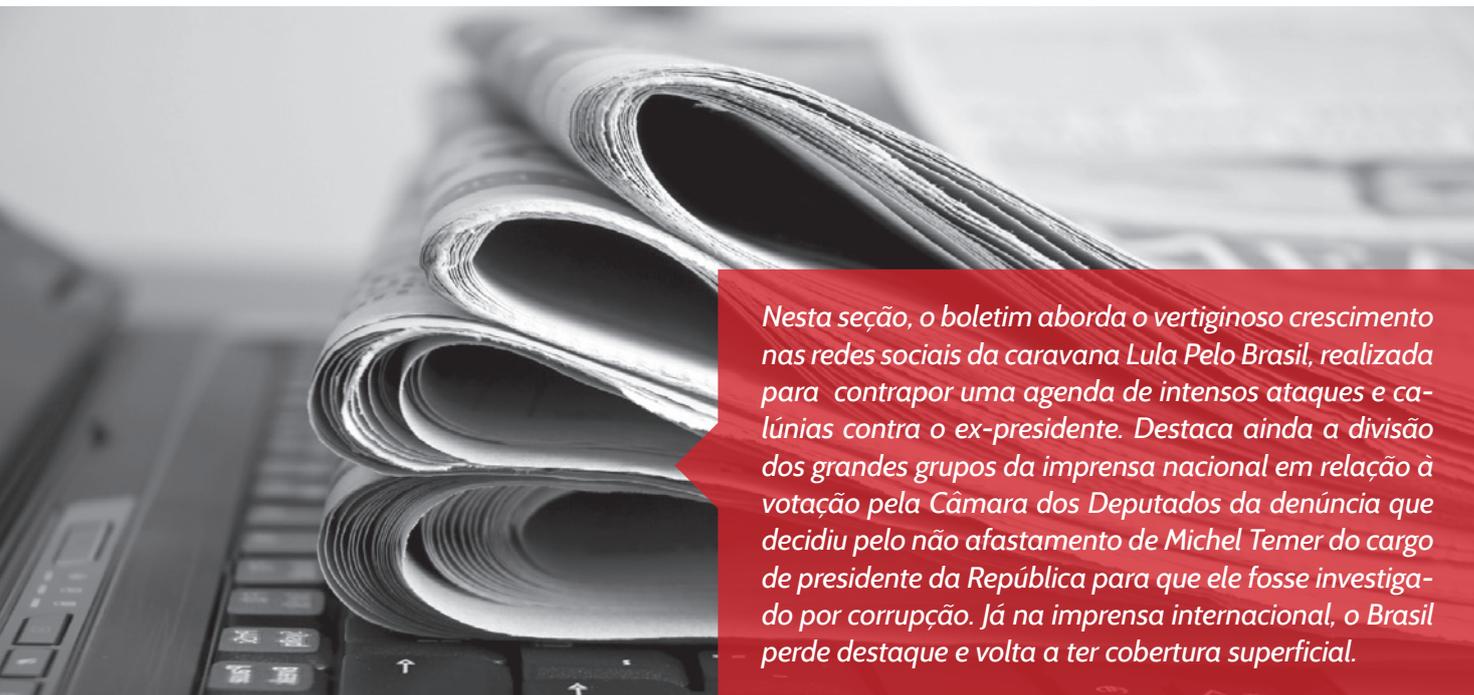
No que se refere a segunda fonte de informação utilizada, mencionamos que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A organização acompanha os conflitos e homicídios no campo que são apresentados anualmente por meio de relatório que buscam mensuração sobre o tema.

Para ver mais, consultar:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo - Brasil 2016. CPT Nacional, 2017. [Leia aqui](#)

GLOBAL WITNESS. Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016. 13 jul. 2017. [Leia aqui](#)

COMUNICAÇÃO

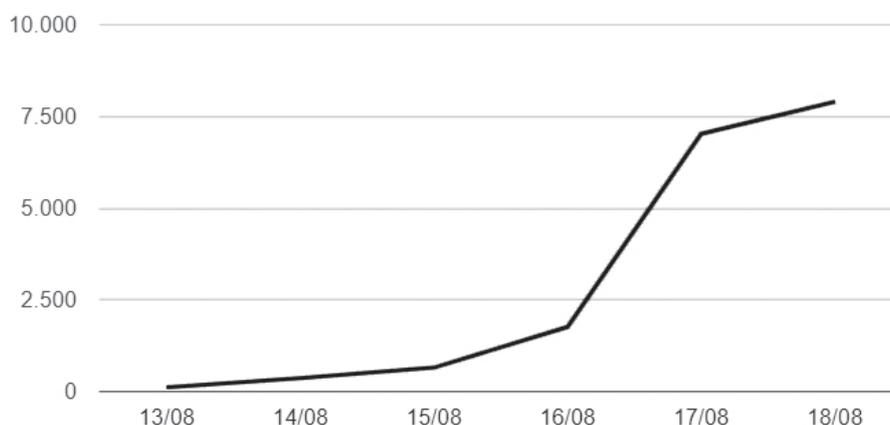


Nesta seção, o boletim aborda o vertiginoso crescimento nas redes sociais da caravana Lula Pelo Brasil, realizada para contrapor uma agenda de intensos ataques e calúnias contra o ex-presidente. Destaca ainda a divisão dos grandes grupos da imprensa nacional em relação à votação pela Câmara dos Deputados da denúncia que decidiu pelo não afastamento de Michel Temer do cargo de presidente da República para que ele fosse investigado por corrupção. Já na imprensa internacional, o Brasil perde destaque e volta a ter cobertura superficial.

Lula pelo Brasil

Entre os dias 13 e 18/09, a hashtag #LulaPeloBrasil foi impulsionada pela caravana promovida por

Lula e militância, que percorre inúmeros estados e cidades da região Nordeste do Brasil. A Caravana pretende, assim, contrapor uma agenda de intensos ataques e calúnias contra o ex-presidente Lula.



O crescimento até aqui foi vertiginoso durante o período. Desde a chegada de Lula a Salvador (BA), ponto de início da caravana, as hashtags #LulaPeloBrasil e #LulaPelaBahia deram um salto em menções e mantiveram-se em alto nível também no dia 18/08, segundo dia da caravana.

Entre as hashtags mais utilizadas no período destacam-se ainda termos como #BusãoDoLula, #Lulapaloozo, #LulaPeloNordeste, #ForaTemer, #Cara-

vanaLula, #Lula2018, #VoltaLula, #LulaNaEstrada, entre outras. A única hashtag negativa entre as mais utilizadas foi #LulaNaCadeia, ainda assim apenas a 14ª hashtag mais utilizada no período.

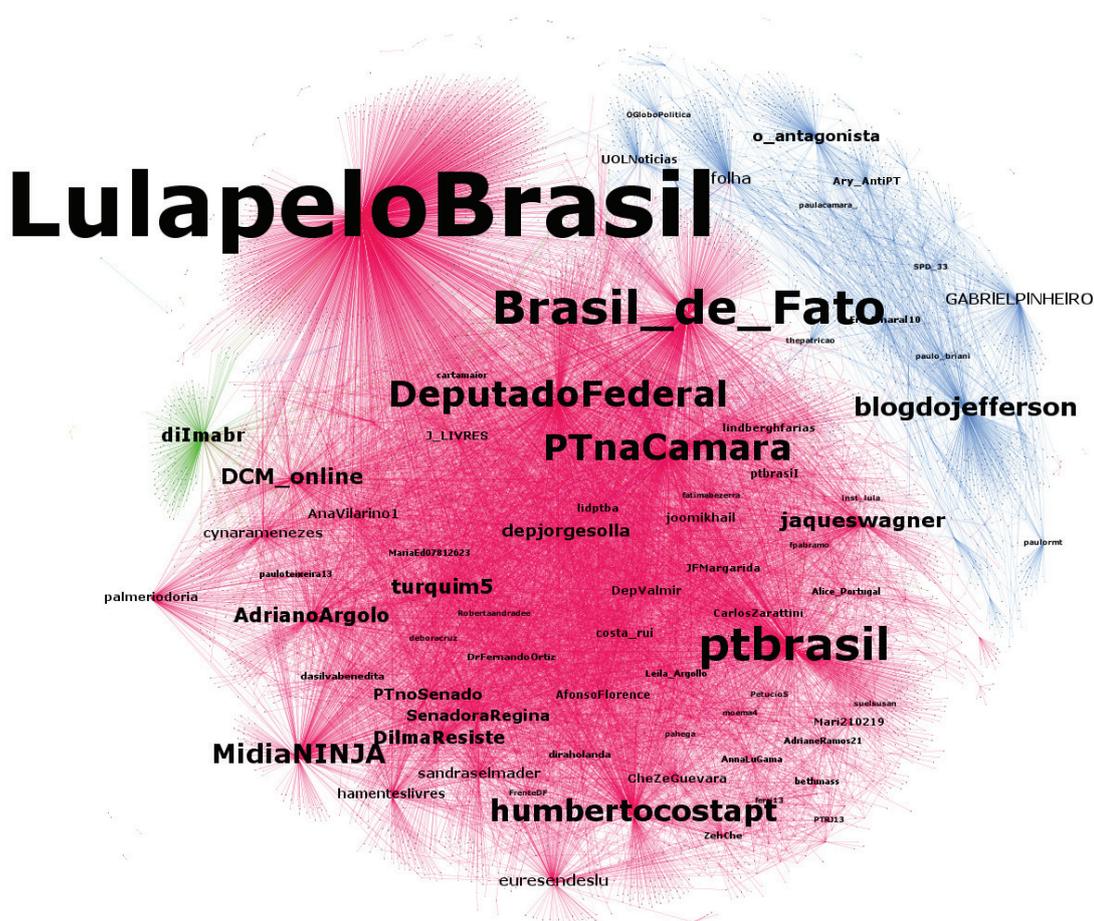
Já entre os principais links e notícias compartilhados no período, destacam-se a cobertura do *Brasil de Fato* e reportagem de Mauro Donato com o título “Quem é o militar que disparou sua arma no meio da caravana de Lula em Salvador?”. O tercei-

ro link mais compartilhado até aqui foi a cobertura promovida pelo site oficial do PT sobre a viagem de Lula pelo Nordeste. Entre os ataques à Lula, destaca-se matéria da *Infomoney* que já acusava, antes mesmo do início, o fracasso da caravana com cancelamentos e percalços.

Entre as imagens da caravana, inúmeros são os destaques até aqui. No entanto, algumas foram mais compartilhadas do que outras, como as imagens do Pixuleco sendo furado, em Salvador (BA), por militantes e apoiadores do presidente Lula. É importante destacar também a viralização em torno do reencontro de Lula e o menino Everton, que havia protagonizado uma foto histórica na campanha presidencial de 2006 ao lado de Lula.

Imagens registradas no metrô de Salvador (BA) e também na cidade de Cruz das Almas (BA) foram bastante compartilhadas a fim de expressar o “apreço” popular por Lula, todas marcadas por uma enorme quantidade de apoiadores do ex-presidente.

Ao analisarmos a rede formada no Twitter entorno das hashtags #LulaPeloBrasil e #LulaPelaBahia, até aqui, teremos um grafo com 6.732 perfis e 15.796 arestas (menções, retweets e follows). Observaremos, assim, a predominância do agrupamento vermelho - 71,67%, predominantemente de esquerda/progressista - sobre o agrupamento azul - 23,71%, de direita/reacionária.



Observa-se uma intensa cobertura de usuários como *Brasil_De_Fato*, *J_LIVRES* e *MídiaNINJA*, por exemplo, além de políticos e instituições ligadas ao PT como *ptbrasil*, *PTnaCamara*, *DeputadoFederal*, *humbertocostapt*, *jaqueswagner* e *SenadoraRegina*.

Entre os usuários de direita/reacionários destacam-se a imprensa com *Folha* e *UOLNotícias*, blogueiros de direita como *o_antagonista*, o ex-deputado preso *blogdojefferson* e apoiadores de Bolsonaro, como *GABRIELPINHEIRO*.

Assim, observamos uma inédita, até então, for-

te mobilização de atores do Nordeste no Twitter, com destaque para políticos locais ou eleitos por colégios eleitorais da região. A atuação desses personagens, acrescida de intensa cobertura promovida por Lula, PT e atores da mídia independente, mostrará ter forças suficientes para pautar as notícias nacionais sem mesmo ter a cobertura e dedicação da imprensa vista como tradicional.

Grandes grupos e a absolvição de Temer

A votação da denúncia que decidiu pelo não afastamento de Michel Temer do cargo de presidente da República para que ele fosse investigado por corrupção mostrou uma divisão da grande imprensa sobre o resultado. Enquanto *O Globo* e a *Folha* criticaram os deputados que votaram contra a denúncia, o *Estadão* declarou que o resultado foi uma “vitória da responsabilidade” e o *Valor Econômico* não se posicionou, apenas fez uma análise sobre a conjuntura.

O diário carioca deu mais atenção do que os outros à votação e publicou editoriais nos dias 2, 3 e 4 de agosto, “Aprovar processo contra Temer é a melhor alternativa”, “Vitória de Temer prorroga a crise” e “O que resta a Temer fazer”, respectivamente.

O Globo manteve a pressão que vinha tentando exercer nas suas reportagens, foi o jornal que mais pontuou a concessão de emendas parlamentares em troca de votos a favor de Temer. Nos editoriais, o jornal deixa claro ser contra a permanência de Temer e argumenta que o PMDB e o PT praticam a mesma política, chegando a afirmar que Lula está para a OAS assim como Temer está para a JBS. *O Globo* defende apenas a equipe econômica de Temer e condena as administrações petistas a quem responsabiliza pela crise atual do país. O jornal alega que o resultado da votação passa para a sociedade a ideia de que “pesos e medidas mudam a depender de quem estiver em questão”, mas pede que Michel Temer aja rápido para garantir a aprovação da reforma da Previdência, antes da apresentação de outras denúncias que inviabilizariam completamente a reforma.

A Folha de São Paulo defendeu que o mais lógico seria que os deputados dessem continuidade às

investigações porque a denúncia tinha plausibilidade e fundamentação factual. O jornal afirmou que Temer estaria consolidando uma espécie de “impopularidade de resultados”.

Já o *Estadão* classificou a denúncia contra Temer de inepta e que ela era resultado da irresponsabilidade da PGR. O *Valor Econômico* apenas analisou que a crise política estava longe do fim porque ainda viariam outras denúncias e assim o futuro era incerto.

O posicionamento dos principais jornais impressos do país mostra que, embora a elite esteja dividida sobre o caminho político, ela está fechada quanto ao que deve ser feito na economia: diminuir a oferta e a qualidade dos serviços públicos de maneira a tornar a vida dos trabalhadores mais precária obrigando-os a aceitar qualquer condição de trabalho e de vida.

O Brasil na mídia estrangeira

A cobertura feita pelos jornais estrangeiros sobre o Brasil voltou a ser muito distante. As informações veiculadas no exterior são, em sua maioria, oriundas de agências de notícias (*Reuters, Associated Press, Agence France Press*) e das grandes empresas de jornalismo brasileiras. Além de haver menor número de reportagens dos correspondentes dos jornais, também diminuiu a quantidade de notícias publicadas sobre o Brasil. Pontuar esse detalhe é importante porque evidencia certo desinteresse dos veículos com relação ao país, sobre o qual publicam-se informações “enlatadas”.

O assunto mais trabalhado pelos periódicos estrangeiros foi a votação da denúncia contra Michel Temer, e é impressionante como a atenção dada ao possível afastamento do presidente golpista foi menor do que a empreendida em abril de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada ainda temporariamente. Nenhum dos veículos publicou editoriais sobre o tema, já durante o processo contra Dilma todos os jornais estrangeiros se posicionaram de forma extremamente crítica ao afastamento. Não é simples compreender o motivo dessa diferenciação, porém, o contexto é completamente diferente dada a falta de mobilização popular contra o governo. Esse simples fator já é

muito significativo para definir o nível de atenção dado pela imprensa. Há ainda outra questão, essa provocada pela própria Operação Lava Jato, que por muitas vezes foi chamada pelo jornal francês *Le Monde* de folhetim político-midiático-judiciário. É incalculável o número de vazamentos de informações sigilosas para a imprensa que ocorreram desde 2014 e, por isso, o enredo das investigações tornou-se indecifrável tanto para o público quanto para os jornalistas. É bem perceptível que se os jornais estrangeiros não têm segurança sobre a veracidade ou sobre a concretude das histórias, eles preferem aguardar até que haja um prognóstico mais claro.

É evidente que a relação desses veículos de imprensa com o noticiário sobre o Brasil não é semelhante à dos jornais brasileiros, que são agentes do sistema político nacional e atuam para ajudar a direcionar o país para o caminho da política neoliberal. Por isso as perspectivas dos jornais do exterior parecem ser mais claras, pois existe distanciamento político e ideológico, ao mesmo tempo em que a própria prática do jornalismo é outra, muito melhor e mais aprofundada do que a exercida no Brasil.

Nas reportagens sobre a votação da denúncia contra Michel Temer é possível encontrar alguns pontos comuns nas publicações dos jornais de Portugal, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha: o alto valor gasto pelo Planalto com emendas parlamentares em troca da garantia de votos contrários a continuação do inquérito contra Temer; a alegação dos deputados de que o afastamento do atual presidente geraria uma nova onda de instabilidade para o país e a maneira como os deputados votaram apesar da vontade popular de que Temer seja afastado e investigado.

O jornal estadunidense *New York Times* utiliza levantamento da ONG Contas Abertas para informar que o Planalto investiu 1,3 bilhão de dólares em gastos discricionários, o que, segundo o veículo, é incomum em um período de austeridade em que hospitais, universidades e departamentos policiais tiveram seus orçamentos cortados. É impressionante que uma empresa de comunicação baseada tão distante do Brasil consiga mostrar o absurdo que está sendo feito aqui enquanto que a

imprensa brasileira, imersa no processo, não se engaja contra a precarização de serviços básicos para a sobrevivência e o bem-estar da população. Essa mesma reportagem entrevistou Marcelo Issa, diretor da consultoria política Pulso Firme, que afirmou que a população brasileira esperava uma grande mudança após a saída de Dilma Rousseff e não é o que se vê diante dessa crise política sem fim.

A ONG Contas Abertas também foi consultada pelo jornal inglês *The Guardian* e o fundador da ONG Gil Castello Branco disse que a cessão de emendas parlamentares funcionou como uma “relação comercial” e que o “governo deveria estar constrangido”. O periódico britânico também entrevistou o cientista político Maurício Santoro que assim como Marcelo Issa disse que a população esperava algo diferente e em consequência existe certa apatia benéfica para Michel Temer. Santoro concluiu que se houvesse manifestações nas ruas, o governo estaria muito mais pressionado.

O *Washington Post* entrevistou o consultor político Alexandre Bandeira que se mostrou estarecido: “nós sempre soubemos que administrações trocavam favores, mas isso estava muito ostentoso”. Ele ainda adicionou, “foi uma compra aberta de apoio e mostrou ao público que a busca de permanecer no poder era pessoal para o presidente”. A reportagem do *Washington Post* afirma que Temer assumiu após Dilma Rousseff ser destituída com base em acusações extremamente técnicas que a maioria dos brasileiros dificilmente compreendeu.

O jornal espanhol *El Mundo* acrescentou que ONGs ambientalistas acusam o Planalto de ter negociado votos com as bancadas evangélica e ruralista em troca de desproteger a Amazônia e proibir completamente o aborto. Como em outras ocasiões, o periódico espanhol aponta que Temer aplica reformas neoliberais no Brasil.

Apesar da vitória do governo de Michel Temer, todos os jornais estrangeiros aqui analisados informaram que ele não está garantido no poder porque deve ser alvo de outras duas denúncias e ainda pode ser atingido por delações premiadas que estão sendo negociadas.

MOVIMENTOS SOCIAIS



O último período de resistência ao golpe não foi marcado por grandes mobilizações unitárias. O que se vê, no entanto, é um conjunto de movimentos sociais que demonstram que há, sim, resistência.

Juristas pelo Estado democrático de Direito

A advocacia brasileira foi, em algumas circunstâncias, fundamental para a democracia no Brasil. Tanto na Carta aos Brasileiros, que pedia o restabelecimento da democracia durante a ditadura militar, quanto na participação de diversos advogados apoiados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na defesa de presos políticos.

Já nos dias atuais, se por um lado as instituições da advocacia, em especial a OAB, se diminuem frente aos ataques anti-democráticos, movimentos de advogados e juristas aparecem em todo o Brasil para demonstrar que parte do direito brasileiro não está calada.

Não há condições de trabalho para a advocacia sem o pleno funcionamento da democracia. É isso que prova o livro *Comentários a uma sentença anunciada - O Processo Lula*, lançado no mês que comemora a fundação dos cursos jurídicos no Brasil e o dia do advogado.

Dezenas de artigos apontam, sob diversos aspectos, a gravidade da sentença de Sérgio Moro que condenou o ex-presidente Lula. A obra aponta a parcialidade, e, sobretudo, a sensação de que esse processo já começou com uma certeza: a sua condenação. O tamanho

do absurdo aparece desde a total insuficiência técnica da peça condenatória, passando por aspectos de psicanálise, da perseguição e da tese central defendida por Moro de que Lula, a qualquer preço, deve ser apontado como o líder de uma organização criminosa que tomou conta do Brasil.

Juízes não devem defender teses, devem julgar fatos e argumentos. Mas isso não parece óbvio. E não ocorre em momentos em que há uma razoável instabilidade da democracia. É o que todos os artigos desse livro apontaram. Mas não se trata somente de uma obra acadêmica que fica destinada aos registros históricos. Cientes da gravidade do momento, há juristas organizando diversas frentes de resistência no Brasil, e o lançamento da publicação é um símbolo da resistência que o mundo jurídico impõe ao Estado de golpe.

Jovens e estudantes

O dia 11 de agosto também se comemora o dia do estudante. Por isso, o mês foi escolhido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) como o mês da jornada de lutas por diretas e pelos direitos. A Frente Brasil Popular também integrou-se a esse processo.

Os ataques à juventude são intensos e permanentes.

O genocídio da população jovem e negra, o direito à educação, a permanência estudantil e o trabalho são diferentes aspectos desses ataques.

Mas não são apenas as pautas setoriais que apontam para a resistência da juventude. Curiosamente, um dos momentos mais marcantes do mês foi a ocupação organizada pela juventude na cidade de São Paulo contra as privatizações do prefeito João Dória.

Durante 48 horas, a Câmara dos Vereadores de São Paulo foi ocupada por jovens da cidade que dizem não à venda do patrimônio do povo. Defendendo o passe livre, o espaço público e os direitos da juventude, a ocupação ficou marcada por diversas tentativas de repressão e uma derrota fragorosa do prefeito e seus apoiadores, que nem sequer conseguiram a liminar de reintegração de posse.

A juventude ali reunida encerrou a ocupação pacificamente após esses dois dias, mostrando que o prefeito viajante não terá sossego para cumprir a sua estratégia de entregar a cidade aos seus amigos milionários.

Jornada pela Democracia e contra o Neoliberalismo

É preciso que se compreenda a existência de um ataque estruturado à democracia e aos direitos humanos no mundo. É por isso que diversos movimentos sociais da América Latina estão em conexão na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, que terá seu ponto máximo em novembro, no Uruguai.

Integram esse processo a CUT, a UNE, a Marcha Mundial das Mulheres, a Frente Brasil Popular e diversos outros movimentos brasileiros. O movimento guarda conexão com o processo histórico da integração latino-americana e foi marcado, em diversos momentos, desde a resistência à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até o aprofundamento da integração popular e democrática do continente, como por exemplo, no processo de criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Essa organização deixa claro, na troca de experiências com os movimentos sociais dos outros países e na conformação da estratégia da Jornada, que há um processo articulado de ataque ao povo latino-americano e à democracia na nossa região.

A grande característica da Jornada, que também é

realizada com o apoio da Central Sindical das Américas (CSA), é a organização constante. Isso aponta para o fato de que a luta do povo latino-americano não é circunstancial e que o processo para a sociedade que queremos compõe uma ação unificada.

Resistência e organização

Em linhas gerais, é possível percebermos diversas mobilizações constituídas em várias frentes que apontam para um processo de resistência. Na política, no mundo institucional e nos movimentos sociais, a força popular aparece como uma característica do tempo que vivemos: com diversidade e múltiplas narrativas.

Esse aspecto aponta para o estado da cultura democrática que conseguimos constituir ao longo da nossa história. Os elementos de crise de representatividade e as dificuldades do momento histórico podem trazer uma sensação de paralisação das forças sociais.

O que é fundamental entendermos é que a multiplicidade de estratégias indica, ao menos para os movimentos sociais, uma maior necessidade de diálogo e de tentativa de soluções articuladas que possam dar força a uma nova sustentação do tecido social.

Nessa articulação não haverá donos ou processos de construção de unanimidade. A diversidade é uma característica da nossa história, e entender isso parece ser o passo mais importante para a reorganização política do nosso tempo. Comando, controle e poder só podem emanar do povo.

É nesse contexto que parece surgir, por exemplo, a caravana Lula pelo Brasil, iniciada no Nordeste. Isso porque já é possível perceber uma intensa participação dos movimentos sociais organizados na região, que não hesitam em apontar Lula como a melhor solução para o país. Com diálogo, presença e troca de experiências, ele traz um sentimento de diálogo fundamental para o momento da nossa história.

Ao se encontrar com o povo, Lula demonstra que ele e o PT são um elemento essencial para o processo de conversa entre tantos movimentos, tantas frentes, tantas forças populares que podem se organizar numa agenda para o país, na perspectiva de fazer o povo voltar a sonhar.

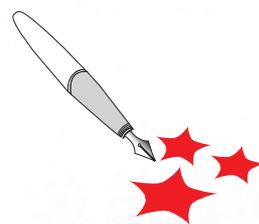


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 21 de agosto de 2017.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br